

Dialética em busca de hipóteses

Dialectics in search of hypotheses

Constança Barahona
Doutoranda – PPGF/UFRJ

Resumo: Dialética é a ferramenta do filósofo e auxilia-o na investigação do que é comum ao conhecimento geral. O debate acerca dos princípios pressupõe a idéia de que não há conhecimento *strictu sensu* do próprio funcionamento da adesão da base da ciência. Segundo esse modelo, a dialética, portanto, estaria fora do conhecimento científico, mesmo que isso seja discutível dentro da própria obra do Estagirita.

Palavras-chaves: Dialética, demonstração e método.

Abstract: Dialectics is the philosopher's tool and aids him in the investigation of what is common to knowledge. The debate about principles assumes the idea that there is no *strictu sensu* knowledge of the functioning on how the acceptance of its own scientific basis happens. Accordingly to this model, dialectics, therefore, would be outside scientific knowledge, even if that statement is arguable within Aristotle's own works.

Keywords: Dialectics, demonstration and method.

A dialética de Aristóteles

Este artigo faz parte de uma investigação bem maior e tem por objetivo expor algumas dificuldades em conciliar o papel do método dialético com as teorias do conhecimento e demonstração em algumas obras de Aristóteles tais como os *Tópicos*, a *Retórica*, os *Analíticos Posteriores* e a *Metafísica*.

A dialética estabelece suas relações com a silogística dos *Analíticos*, as regras dos *Tópicos*, além da *Retórica* e da *Metafísica*, de maneira variada e muitas vezes intrinsecamente em suas formulações. Podemos afirmar quais associações estão claras entre os campos do saber que se utilizam dela? Qual é sua real função no pensamento de Aristóteles? Seria um método seguido apenas nos contextos elencados no princípio dos *Tópicos*, isto é, um método que nos capacite raciocinar a partir de opiniões de aceitação geral? Fórmulas para examinar os gêneros das coisas que se enquadram no mesmo termo e definir se são distintas e não subordinadas, como o caso de à matemática subordinarem-se a óptica, a geometria, a astronomia e a música.

As divisões em áreas de conhecimento foram uma das marcas na filosofia aristotélica. A contraposição desta visão temos a possibilidade da teorização do método dialético, nos *Tópicos*, considerado não científico, porém exercendo funções relevantes como investigar os princípios primeiros de todas as ciências. Em suas notas sobre os textos de Aristóteles, Diôgenes Laertios destaca sobre a dialética aristotélica:

“A filosofia divide-se: a prática e a teórica. A primeira inclui a ética e a política, sendo que esta última se ocupa tanto do Estado como da economia doméstica. A parte teórica compreende a física e a lógica, embora a lógica não seja uma ciência independente, e sim um instrumento para todas as disciplinas. Aristóteles estabelece claramente que a lógica tem um objetivo dúplice: a probabilidade e a verdade. Para cada uma destas ele utilizou duas faculdades; a dialética e a retórica para a probabilidade, e a análise e a filosofia para a verdade.”¹

O método dialético possui várias acepções já em seu significado. *Dialégomai*, na Grécia antiga, indica a ação de conversar, calcular, refletir. Faz menção ao ensino, o debate, a

¹ DIÔGENES LAERTIOS, 2008. pp. 135-136. Tradução de Mário da Gama Kury.

dedução. Pôr uma tese à prova de toda contradição é tarefa conjunta do próprio diálogo fiscalizador.

Aristóteles exclui a opinião das ciências, ainda que afirme que a dialética, caracterizada pelo processo de divisão para chegar a definições, ou seja, as conclusões serão atingidas de maneira silogística, porém como suas premissas são imediatas elas não fornecem uma causa para se justificarem. Restando uma auto evidência, servindo também para ser empregada na investigação dos princípios comuns das ciências.

Ainda que Aristóteles não insista explicitamente que a estrutura de prova para a investigação desses atributos seja a demonstração, há uma passagem em *Metafísica IV*² na qual ele afirma a ciência do ente enquanto ente única quanto ao gênero, o que sugere uma proximidade estrutural aos *Analíticos Posteriores* e sua demanda por uma caracterização de base já dada e necessária.

Dialética, definição e demonstração confundem-se a esta altura onde há um esforço no sentido de compreender qual é a real distinção entre uma premissa necessária, um gênero termo médio captado por intuição ou a premissa auto evidente da demonstração científica? “*O princípio da demonstração não é demonstração*”³ diz o Estagirita, cuja fala nos leva a crer que, assim como na dialética, as premissas são tomadas como prováveis, os princípios do conhecimento científico demonstrativo sejam, na verdade, uma tentativa aberta à revisão por não possuir demonstração de seus princípios próprios.

O método dialético

A dialética consiste numa prática bem anterior às teorias de Aristóteles. Seu mestre Platão já a aprendera de sábios mais velhos ainda. Segundo Diôgenes Laertios, o método dialético teria

² ARISTÓTELES, 1004a 22-24

³ ARISTÓTELES, 1011a 6.

sido criado pelo filósofo Zenão de Elea, amásio de Parmênides⁴. Em Aristóteles, esse método marcou seus primeiros anos na Academia, cuja influência poderia ser vista anos depois na formulação da teoria silogística. Desde cedo a retórica foi uma de suas matérias de interesse. É importante chamar a atenção para a similaridade, pouco esclarecida ainda, entre o método dialético e a teoria retórica. A dialética funciona sobre uma pirâmide arenosa de definições herdadas de gênero, espécies, predicacões com fórmulas universais e particulares, discussões contra mestres de retórica da época como Isócrates... Compreender seu funcionamento passa por uma série de conceitos, como o de nome, verbo, propriedade, concomitância, definição causal do termo médio em um silogismo.

Contudo a dialética investiga temas que começam a partir de uma análise do que as pessoas comuns costumam pensar. Ela está no diálogo nos jogos das classes da Academia, saber argumentar a partir de uma proposição sem deixar-se cair em contradições exige um domínio dos contrários mesmos. Em outros casos são as teorias rivais dos filósofos anteriores que fornecem o ponto de partida para problematizar e argumentar. Nesses casos, semelhantemente aos estudiosos dos discursos, era preciso memorizar provas e reproduzi-las na oportunidade adequada:

“É útil às ciências filosóficas porque, se formos capazes de suscitar dificuldades em ambos os lados, discerniremos mais facilmente tanto a verdade quanto a falsidade em todos os pontos. Ademais, é útil em conexão com os fundamentos primários de cada ciência, pois é absolutamente impossível discuti-las com base nos princípios peculiares à ciência em questão, uma vez que os princípios são primários em relação a tudo o mais e é necessário com eles lidar à luz e em função das opiniões de aceitação geral pertinentes a cada um deles. Esse processo diz respeito caracteristicamente, ou mais propriamente, à dialética, pois, dada a sua natureza investigatória,

⁴ DIÓGENES LAERTIOS, 2008. p. 258. Tradução de Mário da Gama Kury.

ela nos franqueia o caminho aos princípios de todos os métodos de investigação.”⁵

A dialética, sendo uma ferramenta utilizada pelo filósofo, parece alcançar aquele uso geral que se busca em *Metafísica IV*. Onde o filósofo se tornaria capaz, através do exercício do método, de falar sobre todo e qualquer ente. De fato, do esquema proposto nos *Analíticos Posteriores* não está formalmente excluída a possibilidade de um saber indefinido quanto ao gênero. Assim, o que marca a diferença de uma ciência genérica para uma transgenérica não parece ser um aspecto formal, afinal, é formalmente possível delimitar um saber universal utilizando-se apenas o quadro teórico fornecido pelos *Analíticos Posteriores*, a saber, por meio da noção de dialética e de princípio último.

Quando a perspectiva se norteia pelo conteúdo daquele saber universal, as diferenças vêm à tona, pois, de acordo com o modelo dos *Analíticos Posteriores*, o potencial transgenérico da dialética não se deixa interpretar como indício de um potencial cognoscitivo real, como base para a consolidação de uma ciência.

A dialética, em suas diversas acepções, aparece no *Órganon* como um esquema de elaboração de regras de um diálogo, de um jogo de linguagem, entre dois ou mais interlocutores.

No entanto, antes, ela passa por *noûs*, uma forma de apreensão imediata: “A perspicácia é um tipo de talento para atinar com o termo médio sem um único momento de hesitação.”⁶

***Analíticos Posteriores* e o problema da demonstração**

A concepção de ciência dos *Analíticos Posteriores*, dado o aparato dos *Analíticos Primeiros* e das *Categorias*, é a de que as premissas das diferentes ciências não são compartilhadas entre si, desse modo, para os itens que são diferentes em gênero, os princípios são diversos em gênero.

⁵ ARISTÓTELES, 101a34-101b5.

⁶ ARISTÓTELES, 89b12-13.

Os *Analíticos Posteriores* têm início com uma explicação, de relação pedagógica, de algum conhecimento anterior àquele que será adquirido silogisticamente.

O que é anterior, nesse modelo epistêmico, é o que satisfaz o papel de princípio na predicação universal, isso é o gênero comum às várias espécies que são ditas dele. “*O gênero predica-se, com efeito, em primeiro lugar, de uma coleção de indivíduos que se comportam de um modo determinado em relação a um só e em relação uns aos outros*”⁷.

A filosofia da ciência dos *Analíticos*, tendo por base um saber dado anteriormente, que é adquirido por definição ou intuição, lida com a adesão de princípios intuitivamente, o que Aristóteles pouco nos explica nesse texto, mas que introduz ao final como “*noûs*” (inteligência, intelecto), uma intuição que seria oposta ao raciocínio discursivo, pois não possui demonstração.

Se possuímos conhecimento de qualquer coisa, de acordo com os *Analíticos Posteriores*, é graças a um conhecimento anterior.

O livro dos *Analíticos Posteriores* tem início com uma explicação, de relação pedagógica, de algum conhecimento anterior àquele que será adquirido silogisticamente.

O que é anterior, nesse modelo epistêmico, é o que satisfaz o papel de princípio na predicação universal, isso é o gênero comum às várias espécies que são ditas dele.

Porfírio chama os gêneros de saber, estes têm uma grande relevância para as definições e são primeiros.

A filosofia da ciência dos *Analíticos Posteriores*, tendo por base um saber dado anteriormente, que é adquirido por definição ou intuição, lida com a adesão de princípios intuitivamente, o que Aristóteles pouco nos explica nesse texto, mas que introduz ao final como *noûs* (inteligência, intelecto), uma intuição que seria oposta ao raciocínio discursivo, pois não possui demonstração.

⁷ ISAGOGE, 1994.

Os *Analíticos Posteriores* tratam dos princípios das ciências particulares, como a álgebra e a geometria, e também dos princípios comuns às ciências, por exemplo, a matemática.

Suas premissas, no primeiro caso, devem ser peculiares à ciência especificada, caso não haja uma exceção do tipo das ciências que possuem ciências subalternas.

Sobre o método dialético, que aparece como um tipo diferente de discurso científico, Aubenque afirma: “Por outro lado, refletindo a sua abordagem dialética do *Órganon*, Aristóteles insiste, junto com as limitações deste método, na universalidade da sua missão, e estará muito perto de reconhecer, ao mesmo tempo, que deixa a mostra sua oposição aos discursos demonstrativos, em relação a investigação ontológica.”⁸ “Mas quando ele quer reabilitar a dialética, vemos que essa mesma imperfeição torna-se uma vantagem: a propriedade do raciocínio científico envolve o cientista em um gênero, enquanto a dialética se move em todos os gêneros, ou mais precisamente, para além de qualquer gênero.”⁹

Aubenque em sua obra, *Le Problème de l'être chez Aristote*¹⁰, escreveu a respeito dos *Tópicos*: “O objetivo deste tratado é encontrar um método pelo qual podemos raciocinar (*sylogizesthai*) sobre qualquer problema proposto a partir de teses prováveis (*ex endozwn*)”.

Assim, na sua leitura, Aubenque diz que: “Em ambos os pontos sublinhados por Aristóteles – universalidade da capacidade dialética e a probabilidade do ponto de partida – a dialética se opõe à ciência, onde está a teoria da ciência de Aristóteles nos *Segundos Analíticos*”¹¹

Ele defende um tipo de definição do que seja ciência para Aristóteles, baseada exclusivamente no texto dos *Segundos Analíticos*, considerada a válida.

⁸ AUBENQUE, 1935, p. 281. Tradução nossa.

⁹ AUBENQUE, 1935, p. 288. Tradução nossa.

¹⁰ AUBENQUE, 1935, p. 256. Tradução nossa.

¹¹ AUBENQUE, 1935, p. 257. Tradução nossa.

O papel de destaque para os *Tópicos*, o *Tratado da Dialética*, surge, na chamada lógica nova, no período dos estudos escolásticos.

A dialética, descrita como ferramenta do filósofo no livro *IV da Metafísica*, busca estabelecer axiomas gerais de todas as ciências. E na medida em que as definições derivam do conhecimento da causa material, o Princípio de Não Contradição é, por a ele acrescentarem-se cláusulas espaciais e temporais, tanto uma lei lógica quanto, essencialmente, ontológica:

"é impossível que o mesmo seja atribuído e não seja atribuído ao mesmo tempo a um mesmo [subjacente] e não conforme o mesmo aspecto (e esteja delimitado em acréscimo tudo aquilo que acrescentaríamos contra as dificuldades dialéticas); ora, este é o mais firme de todos os princípios; pois ele comporta a definição mencionada".¹²

Em outros termos, as cláusulas de espaço e tempo identificadas na fórmula do Princípio de Não Contradição revigoram ainda mais a proposta de um princípio ontológico, acerca de tudo que é.

O fato de o Princípio de Não Contradição ser irrecusável - indemonstrável e imediato - é visto no modo que Aristóteles tenta expô-lo por refutação e apelando para o senso comum a respeito da fala significativa que busca a essência do que está sendo enunciado de forma real.

Porém, ao deparar-se com a colisão da nomeada ciência do filósofo com essa dura restrição definitória dos *Analíticos*, Aubenque explica que:

"Aristóteles dá à relação entre o discurso e as características gerais das suas afirmações, provavelmente, apenas uma justificação filosófica: podem-se provar os primeiros princípios de cada ciência, como qualquer

¹² *Met. IV, 3, 1005b18-23*

manifestação pelos preceitos do gênero e não podendo ser considerada projeto dentro da ciência em questão, antes dos preceitos dos primeiros princípios. Podem ser apenas princípios primeiros anteriores de cada ciência, os princípios comuns a todas as ciências.”¹³

Esclarecendo assim, dentre os diversos potenciais da dialética, a dedução de axiomas, que não são utilizados como matéria das deduções mesmas, mas antes servindo de base a toda dedução e aos primeiros princípios das deduções particulares.

Para Aubenque, o discurso ontológico procura dizer “o ser em sua totalidade, por que é ele quem atribui discursos parciais, isto é científico, o seu lugar e direção em relação ao discurso total.”¹⁴

Seríamos inocentes se imaginássemos um discurso total como aquele que diz todas as coisas particulares. Somos induzidos a compreender essa totalidade tal um discurso pré-científico, e científico por ser seu possibilitador, isto é, em potência.

É matéria de dúvida a aceitação dos pontos de partida utilizados na dialética, por se tratarem de opiniões renomadas pela maioria ou pelos sábios, devendo ser iniciada “A reabilitação da opinião e, em paralelo, desta arte, ainda mais do que a retórica (que se contenta em usar ou levantar opiniões), toma a opinião por objeto, restaura a arte à qual Aristóteles devolve o velho nome de dialética, que Platão tinha tomado o significado, aplicando-a na mais alta ciência, paradoxalmente, aquela que, finalmente, livrar-nos-á do reino da opinião”.

De encontro à nossa leitura de uma dialética aristotélica, que busca para além de Platão sua utilidade, visando antes os modelos de Zenão e Sócrates.

Na perspectiva de Aubenque, a ciência do ente enquanto ente seria oposta à ciência particular. O Princípio de Não Contradição é a base última, irrevogável e necessária de todas as definições: “Pois aquele que erra a respeito disso teria ao mesmo

¹³ AUBENQUE, 1935, p. 258. Tradução nossa.

¹⁴ AUBENQUE, 1935, p. 260. Tradução nossa.

tempo as opiniões contrárias. Por isso, todos os que demonstram reportam-se a esta opinião última. Pois por natureza este é também o princípio de todos os demais axiomas."¹⁵ E, como vimos, não é possível delimitar uma ciência formalmente universal utilizando apenas o quadro teórico fornecido pelos *Analíticos Posteriores*.

Retórica, filósofos e dialética

O método dialético poderia ser definido como arte dialógica de argumentação cuja função central é examinar proposições hipotéticas e suas consequências lógicas.

“Com efeito, é certo o que atrás dissemos, que a retórica se compõe, por um lado, da ciência analítica e, por outro, do saber político relativo aos caracteres; além disso, ela é semelhante por um lado à dialética, e por outro aos discursos sofísticos. E, quanto mais se tentarem imaginar a dialética ou a retórica não apenas como faculdades mentais mas como ciências, tanto mais se estará inadvertidamente obscurecendo a sua real natureza, passando-se com isso a construir ciências relativas a determinadas matérias estabelecidas e não só a discursos.”¹⁶

Em *Metafísica* reparamos que as três caracterizações respectivas à dialética, à sofística e à filosofia chamam atenção para a importância de cada uma dessas individualmente e para suas interseções. Uma hipótese cuja mera formulação já causa espanto aparentemente. Mas que podemos notar na palavra *métodos*, do grego antigo, indica antes de tudo, a via que de fato se percorre, isto é, o procedimento efetivo que se segue, mas também a exposição teórica e científica que dela se realiza. O método apropriado para vir a conhecer uma definição deve dar-nos razões para a alegação que

¹⁵ ARISTÓTELES, *1005b31-34*

¹⁶ ARISTÓTELES, *1359b10-20*.

esta definição é correta e faz isso em um modo que envolve essencialmente o uso da dedução.

A dialética trata dos princípios comuns às ciências, não se restringindo a nenhum gênero. Sua função é a de avaliar quais são as deduções reais e quais são as meramente aparentes. Os quatro tipos de perguntas correspondem aos quatro tipos de explicações causais aceitas por Aristóteles: O que é? Definição. (Se) é? Experiência. Por que é? Demonstração. Para que é? Finalidade. O processo de conhecimento busca, pois, atingir o geral que explica o particular, o inteligível que é a razão do sensível, mas sem relegar o particular e o sensível ao nível de meras aparências. O geral e o inteligível são quase sempre identificados com as espécies (aquilo que faz com que o objeto seja de tal ou tal maneira), mas o conhecimento somente é completo quando reconhecemos para cada existência ou esfera de existências a união forma/matéria que permite compreender a realidade como um todo. Conhecer, portanto é demonstrar por via de uma trajetória causal que o ser é desta ou daquela maneira e não de outra. A isto se chama determinar o objeto, tarefa básica do conhecimento.

Para Aristóteles, a prática dialética consiste em fazer avaliações sobre o que a filosofia conhece. Já a sofística sequer possui as mesmas escolhas de modo de vida do filósofo, contentando-se com uma aparência de verdade.

Talvez a noção de ciência metafísica esteja equivocada em sua falta de rigidez sobre a unidade genérica. A definição está na base da demonstração, como semelhante à conclusão, algo do tipo de um *logos apofantikos*. Além de ter o papel de princípio, premissa em diversas demonstrações, as definições possuem uma limitação. A característica essencial que define uma coisa é una, um universal formado pela união do gênero correto mais a diferença específica prioritária em relação às demais categorias. A demonstração deve explanar o termo médio de um silogismo, que pode estar formal associado ao gênero é próprio da explicação, compreendido como causa primeira. O pensamento, na perspectiva de Aristóteles, possui um limite dado por sua própria finalidade. A definição, por sua

limitação demarcadora da base do pensamento humano, tem seu lugar consagrado no processo cognitivo.

A dialética está, em acordo com sua utilização universal, presente em vários textos de Aristóteles, no modo em que ele apresenta seus argumentos e conclusões. Porém, nos *Analíticos Posteriores* ela não é tão valorizada, aliás, ela é expulsa do âmbito científico, temporariamente. O ponto de partida desse raciocínio pode ser encontrado na seguinte passagem: “*Se há também um outro modo de conhecer cientificamente, investigaremos depois, mas afirmamos que de fato conhecemos através de demonstração*¹⁷”.

Nesse contexto, uma demonstração dialética tem em primeiro lugar uma função pedagógica, a de esclarecer para outrem o que decorre por meio de silogismos. Mas ela possui também uma função epistêmica, a de ensinar algo a outrem. Todavia, se Aristóteles baseia a própria noção de demonstrabilidade na aquisição dos princípios comuns da ciência, surge um problema. Com efeito, a própria estrutura de demonstração silogística parece impedir o filósofo de explicar cientificamente sua base de conhecimento, isso porque os princípios que ele busca não são demonstráveis e, não obstante, o todo do esquema de demonstrações dele depende. Se a ciência sobre o que quer que seja dá-se, de acordo com os *Analíticos Posteriores*, com base em um conhecimento anterior e se, ao mesmo tempo, só se pode chamar conhecimento àquilo que pode ser demonstrado, como é possível a aceitação dos princípios de cada ciência?

Em uma das passagens mais enérgicas, Aristóteles caçoa dos que exigem demonstração de tudo:

“Mas, por falta de formação, alguns exigem que se demonstre também isso; pois é falta de formação não reconhecer de que itens é preciso procurar demonstração e de que itens não é preciso; pois, em geral, é impossível haver demonstração de absolutamente tudo (pois ir-se-ia ao infinito, de modo que nem assim haveria

¹⁷ ARISTOTELES, 71b 16-18

demonstração); e se não é preciso procurar demonstração de alguns itens, qual princípio reputam ser sobretudo de tal qualidade, eis algo que não conseguem enunciar.^{18*}

Exatamente essa exemplificação da posição do autor a respeito dos princípios imediatos, obtidos por intuição. Existem duas maneiras de se conhecer algo. O que o filósofo denominou como duas formas distintas na ordem de apreensão (a) uma de ordem lógica, isto é, aquela pela qual adquirimos o conhecimento da causa dos entes na ordem que “nós compreendemos”, do particular ao universal. (b) E a outra, uma ordem ontológica chamada de “por natureza”, que seria do mais universal para o particular. A primeira diria respeito à causa do que é conhecido sendo adquirida posteriormente ao objeto do conhecimento, e a segunda a causa seria eminente na ordem real e nós conheceríamos depois os casos particulares.

Princípios comuns

O lugar ocupado pela dialética fica claro, com efeito, ao notarmos que Aristóteles precisa completar sua teoria da ciência de um modo tal que torne válida a sua base. E para isso ele não pode se furtar à tarefa de expor as características do princípio último e trans-genérico do conhecimento. Em função, contudo, da preservação da própria estrutura das ciências particulares, aquela exposição não pode ser concebida segundo a lógica de constituição das ciências meramente genéricas; é necessário que o foco se ponha sobre as possibilidades de um saber transgenérico que, já no *Órganon*, retém uma série de características que serão retomadas, na *Metafísica*, pela ciência do ser enquanto ser.

Mas, seria tal saber trans-genérico compatível com a noção de conhecimento científica exposta nos *Analíticos Posteriores*? Se considerarmos a distinção entre: (a) os moldes

¹⁸ ARISTÓTELES, 1006a5.

teóricos da demonstrabilidade da ciência apresentados nos *Analíticos Posteriores*, e retomados quando, já no livro IV da *Metafísica*, o autor refere-se à formação nos analíticos (“*E quanto à tudo aquilo que alguns dos que se pronunciam tentam estabelecer a respeito da verdade, concernente ao modo pelo qual é preciso aceitá-la, fazem-no devido à falta de formação nos Analíticos; pois é preciso chegar já sabendo previamente esses assuntos, mas não buscá-los enquanto se ouve.*”¹⁹”) e (b) o que é princípio de definição do conhecimento, a saber, a necessidade de uma compreensão anterior de algo mais seguro do que aquilo que vem a ser demonstrado, talvez poderíamos elaborar, de modo consistente, uma resposta afirmativa àquela pergunta.

Para investigarmos estas e outras questões subseqüentes, procuraremos esclarecer, em primeiro lugar, no que difere aquele saber demonstrativo dos *Analíticos Posteriores* da ciência demonstrativa que Aristóteles busca estabelecer na *Metafísica*; em seguida vale investigar se é possível pensar numa ciência universal utilizando-se apenas do quadro teórico fornecido pelos *Analíticos Posteriores*; por fim, buscaremos determinar por que poderíamos com razão dizer que a ciência constituída no interior da *Metafísica* é de algum modo, dialética.

Assim como em uma demonstração científica acatamos de início alguns conceitos não comprovados ainda em seu uso, na prática da dialética devemos aceitar regras de conversação, para que o assunto possa ser desenvolvido até a comprovação da exposição proposta por um interlocutor.

Faz-se, antes de tudo, referência a uma situação concreta de diálogo, ou de discussão, entre, ao menos, dois interlocutores, um dos quais sustenta certa tese, enquanto o outro a contesta.

Esta é a primeira diferença fundamental entre a *apodíctica* e a dialética. Enquanto a primeira refere-se a um monólogo, o ensino, a segunda, refere-se a um diálogo.

Obviamente se trata de uma práxis tão antiga quanto à condição humana, ou melhor, da mais típica práxis humana, que

¹⁹ ARISTÓTELES, *1005b2*.

aqui, porém, quer-se disciplina, não só no sentido de exercitá-la de modo técnico, isto é, segundo regras, mas também no sentido de teorizar tais regras.

Da mesma forma como em uma demonstração científica, acatamos de início alguns conceitos não comprovados ainda em seu uso.

Na prática da dialética devemos aceitar regras como as de uma conversação, para que o assunto possa ser desenvolvido e testado por meio de refutações dos contraditórios, até a comprovação da exposição proposta por um interlocutor.

O que nos deixa a forte impressão da opção de Aristóteles por uma metodologia dialética de investigação está apoiada sobre a maneira pela qual ela pode ser compreendida sinonimamente à lógica silogística detalhada nos *Tópicos*.

Contudo, a dialética aumenta a possibilidade de atuação sobre domínios das demonstrações que antes seriam não científicos devido à ausência da determinação genérica prévia.

Na verdade, esse excesso é, em certo sentido, natural e necessário, mas o que nós ganhamos em amplitude de visão, perdemos na precisão: mais precisamente, deixamos o campo discursivo do conhecimento para inserir um campo que não é necessariamente o da contemplação.

Nenhum método tende a mostrar a natureza de qualquer coisa por nenhuma pergunta.

E assim, chegamos ao coração da oposição entre a atitude científica e a atitude dialética: o cientista demonstra as propostas, que podem ser desafiadas por um oponente, mas cobra dele que estabeleça uma nova manifestação da verdade na não contradição.

Sabemos que a dialética é problemática, que aparentemente difere apenas em suas propostas como uma parceria de pergunta e resposta, mas, na verdade, ela busca proibir tanto o questionar durante o encontro, para justificar a um dos lados do diálogo, aqueles sob a alternativa de um par de proposições contraditórias e a escolha de um desses termos.

A diferença que Aristóteles mostra entre a explicação dos princípios das ciências subalternas e as particulares está em distinguir o uso dos axiomas das premissas.

E, nesse âmbito, tem lugar uma reflexão sobre a função dos princípios mais gerais da demonstração, o da não contradição e dos contrários. Não pode haver uma corrente de regresso demonstrativo infinita. Dando-nos a entender que precisamos de um princípio axiomático primeiro, quer dizer, ulterior a todas as outras premissas da demonstração científica. O que nos levaria a perguntar, por fim, qual é a unidade de uma ciência? Se o que achamos ser sua base não passa de um efeito de princípios anteriores aos gêneros de saber, portanto, que através da definição já ganharia nossa adesão.

Os princípios são proposições de compreensão imediata, as premissas de cada ciência.

Estas premissas, quando organizadas em silogismos, não podem possuir uma única premissa comum para todas as ciências. Pelo menos não nos *Analíticos Posteriores*. A hipótese mais clara para nós é que o autor, apesar de negligenciar o possível fundamento do conhecimento nos *Analíticos Posteriores*, não fecha as portas para o que viria a ser posteriormente sua empreitada científica de uma ciência única quanto a uma mesma natureza dos entes.

A ordem das exposições silogísticas respeita uma lógica restrita ao esquema genérico. A proposição que demonstra algo parte de um gênero somado à sua diferença específica.

Antes de chegarmos às discussões da dialética, passamos por alguns treinamentos lógicos e de demonstrabilidade científica, que associa à uma prova ou mostra real de um conhecimento acerca do mundo. Nos *Analíticos Posteriores* não é-nos dada uma explicação mais elaborada, nem do modo de se adquirir o princípio do conhecimento e nem um método que tratasse de toda a realidade, tratando apenas de casos com condições específicas para a demonstração-prova. A metodologia dialética concentra sua maior importância em ser uma propedêutica da ciência aristotélica.

Provavelmente supondo que a apreensão imediata dos princípios, que tem como única alternativa a ignorância, seja aquela

que tem lugar em uma situação de ensino, na qual o docente fornece aos discípulos uma definição já bela e feita, e eles devem apenas “entendê-la”: se a entendem, estão no verdadeiro, se não, ignoram-na. Essa imediatez da apreensão, todavia, não exclui que o docente, para dar a definição, anteriormente a tenha investigado, por meio de um processo que não é, absolutamente, uma apreensão imediata. Isso é confirmado pelo que diz Aristóteles a respeito do *noûs* nos *Analíticos Posteriores*, isto é, na obra dedicada a expôr, como vimos a ciência que se mostra. Assim ele apresenta o *noûs* como resultado de uma *epagogé*, isto é, de um processo que significa não só “indução”. Entende-se como “guia para alguma coisa” (de *ago*, conduzir, guiar, e *epí*, para, ou na direção), ou seja, “introdução”. Trata-se do processo pelo qual o docente guia, ou conduz os discípulos à apreensão dos princípios. O que se confirma pelo fato de que, ao lado dos princípios verdadeiros (definições, pressuposições e axiomas), frequentemente ele enumera entre as premissas das demonstrações, também os “postulados” (*aitémata*), termo que significa literalmente “pedidos” (de *aitéo*, pedir), visto que o docente deve pedir aos discípulos que os admitam, para poder proceder à demonstração. Evidentemente, o *noûs* que passa desse modo, a fazer parte da filosofia propriamente dita não é o que está na base de cada ciência particular, ou seja, o conhecimento dos princípios próprios de cada uma delas. A filosofia primeira na verdade não tem por objeto as realidades que são o objecto das ciências particulares, por isso não sabe o que fazer com sua definição. Ela tem por objeto, diz Aristóteles, o ser enquanto ser, isto é, o ser em sua totalidade, e é dele – e somente dele – que ela procura os princípios, ou seja, o “que é”, pelo que é ao percebê-los mediante o *noûs*. Isto constitui a filosofia, por assim dizer, a partir de dentro, fazendo-a ser não simples ciência, mas verdadeira sabedoria. À filosofia, em suma, não interessam as essências dos objetos particulares, o objeto de cada ciência, mas só as essências mais gerais, isto é, os múltiplos significados do ser e suas propriedades universais.

Considerações

No quadro teórico estabelecido pelo *Órganon*, no qual se realiza a delimitação do discurso científico, a dialética aparece como um momento de ultrapassagem das (aparentemente) estáveis fronteiras existentes entre as diversas ciências. O ser se diz de muitas maneiras. Com uma multiplicidade de formas de argumentação, o filósofo dialético torna-se imbatível, jamais tropeçando em contradição graças a sua familiaridade com os opostos.

Aristóteles atribui à dialética o papel de uma investigação acerca dos princípios comuns, o que leva a crer que seu procedimento não acarreta numa eliminação de sua cientificidade e de seu uso na construção das mesmas. A audácia do método vai além das premissas necessárias e se lança na descoberta de princípios mais cognoscíveis por natureza e mais afastados dos sentidos.

A importância da dialética para as ciências filosóficas, a investigação dos princípios das ciências, a prioridade dos princípios e a necessidade de estudá-los de um modo universal, anterior às próprias ciências existentes é evidenciada nas mais variadas divisões do saber.

E por outro lado, o funcionamento deste método, semelhante ao uso dado à lógica aristotélica e sua capacidade de servir a todas as investigações. O filósofo tem interesse em conhecer o todo, para isto ele se arma com um método. O tipo de método que lida melhor com a pluralidade das ciências foi escolhido por Aristóteles, a dialética é uma lógica dialógica. Contamos ter esclarecido com esse breve texto o porquê a demonstração é um método de extrair conclusões de premissas estabelecidas pela dialética.

A exposição da função da dialética nos *Tópicos* não nos exige escolher entre o método dialético ou o demonstrativo de Aristóteles, e mesmo aqueles que poderão insistir na superioridade das explicações científicas a partir de princípios necessários, estarão estabelecendo seus argumentos baseados em opiniões comumente aceitas.

Nossa hipótese de aproximação entre as ciências particulares e a metodologia dialética advém, por exemplo, de passagens dos *Analíticos Posteriores* em que ele se questiona sobre a possibilidade de um estudo universal a respeito da base de todo conhecimento. De certo, ele mesmo rejeita essa hipótese por encará-la como contrária ao modelo que está sendo formulado. O que fica claro, no entanto, é que o autor apesar de, naquele contexto específico, negligenciar o tema, ele não fecha as portas para o que viria a ser posteriormente sua empreitada científica de uma ciência única quanto ao gênero sobre o ser enquanto ser.

De fato, acreditamos que à associação entre o trabalho desenvolvido por Aristóteles nas *Categorias* acerca da estrutura gênero-espécie e a teoria da demonstração científica dos *Analíticos Posteriores* vem ainda, posteriormente somar-se a noção de dialética, não reconhecida de modo relevante no âmbito assumidamente lógico do *Órganon*, e portanto vem a constituir-se tal pedra fundamental da ciência.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES, *Analíticos Posteriores*. São Paulo: Edipro. 2005. Tradução de Edson Bini.

ARISTÓTELES, *Tópicos*. Paulo: Edipro. 2005. Tradução de Edson Bini.

ARISTÓTELES, *Retórica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda. 2012. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

AUBENQUE, Pièrre. *Le problème de l'être chez Aristote*, Paris: Ed. Tananá, 1935.

BARNES, Johnatan. *The complete works of Aristotle*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

BERTI, Enrico. *Aristotle on science, the "Posterior analytics"*. Padova: Editrice Antenore, 1978.

BERTI, Enrico. *Le ragioni di Aristotele*. Laterza: Laterza, 1989.

DIÔGENES, Laertios. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2008. Tradução de Mário da Gama Kury.

ISAGOGE, *Introdução às categorias de Aristóteles de Porfírio*. Lisboa: Guimarães Editores. 1994